

Arrecadação de ICMS cresceu 3,2% no Nordeste em 2019

A arrecadação de ICMS no Brasil alcançou R\$ 509,1 bilhões em 2019, ante R\$ 479,6 bilhões no mesmo período de 2018, significando um ganho real de 2,3%. No Nordeste, a arrecadação de ICMS alcançou R\$ 87,6 bilhões, em contraste com R\$ 81,8 bilhões em 2018, representando incremento real de 3,2% no período em análise.

A concentração do ICMS é refletida na distribuição do tributo em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase metade do ICMS arrecadado em 2019, precisamente 49,1%. A seguir, ficaram o Sul (17,8%); Nordeste (17,2%); Centro-Oeste (9,4 %); e Norte (6,4%), conforme especificado na Tabela 1.

A título de comparação, segue a distribuição da população por Região: Sudeste (41,8%); Nordeste (27,5%); Sul (14,3%); Norte (8,7%); e Centro-Oeste (7,7%). Verifica-se, portanto que, em termos regionais, Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem participações na arrecadação de ICMS superiores, em comparação com suas respectivas porcentagens de população. No Norte e Nordeste, verifica-se o inverso, sendo que o maior hiato entre arrecadação de ICMS e população está no Nordeste e Estados dessa Região.

Especificamente no Nordeste, o ICMS cresceu 7,1% em termos nominais em 2019. Descontada a inflação, entre janeiro e dezembro de 2019 e 2018, implicou um ganho real de 3,2%. Nas demais regiões, os ganhos em termos reais foram: Norte (+6,2%), Sudeste (+2,3%), Sul (+1,0%) e Centro-Oeste (+0,8%).

Três estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram perdas reais de arrecadação no período em análise: Piauí (-3,6%), Rio Grande do Norte (-2,7%) e Sergipe (-2,5%). Ganhos reais ocorreram no Espírito Santo (+9,5%), Pernambuco (+8,8%), Maranhão (+8,2%), Ceará (+5,8%), Minas Gerais (+2,1%), Alagoas (+1,2%), Paraíba (+1,1%) e Bahia (+1,1%), conforme especificado na Tabela 1.

Em termos setoriais, é importante ressaltar que a arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes alcança 96,1% da arrecadação total do ICMS no Nordeste, média de 2018 e 2019. No Espírito Santo este percentual sobe para 98,1% e situa-se em 95,6% em Minas Gerais.

Vale registrar que a arrecadação do setor terciário apresenta a maior participação média na arrecadação do ICMS do Nordeste (40,9%), conforme especificado na Tabela 2. A arrecadação do referido setor, cresceu +1,2% em termos reais em 2019, sendo que quatro Estados registraram perdas reais: Piauí (-4,5%), Bahia (-2,2%), Alagoas (-1,4%) e Sergipe (-1,4%). Os incrementos reais mais expressivos nesse setor ocorreram no Espírito Santo (+7,4%), em Pernambuco (+4,2%) e no Rio Grande do Norte (+3,9%), seguido por Maranhão (+3,0%), Ceará (+2,6%), Minas Gerais (+2,4%) e Paraíba (+1,9%).

A arrecadação no setor secundário, que representou 20,1% (Tabela 2), do total obtido no Nordeste, considerando a média de 2018 e 2019, aumentou +5,8% em termos reais. Os destaques para o incremento na arrecadação desse setor foram: Maranhão (+17,7%), Pernambuco (+13,9%), Espírito Santo (+11,2%), Bahia (+6,5%), Paraíba (+6,0%), seguido por Sergipe (+5,6%), Minas Gerais (+5,3%), Ceará (+5,0%) e Piauí (+1,9%). Dois Estados apresentaram perdas reais: Rio Grande do Norte (-20,0%) e Alagoas (-0,4%).

O setor de petróleo, combustíveis e lubrificantes, que obteve uma participação de 22,9% na arrecadação total do Nordeste no período em análise (Tabela 2), apresentou crescimento de +4,0% em termos reais. As maiores variações verificaram-se no Ceará (+16,3%) e Maranhão (+16,3%), seguido por Pernambuco (+16,2%), Espírito Santo (+9,3%), e Alagoas (+3,7%). Cinco Estados obtiveram perdas reais: Rio Grande do Norte (-10,7%), Bahia (-4,9%), Sergipe (-4,6%), Minas Gerais (-3,9%), Paraíba (-3,6%) e Piauí (-3,2%).

O segmento de energia, com 12,2% de participação no total arrecadado do Nordeste (Tabela 2), registrou ganho real de +2,0% no período em análise. Os destaques ocorreram na Bahia (+10,4%) e Paraíba (+6,4%), seguidos por Minas Gerais (+3,5%), Pernambuco (+2,4%) e Rio Grande do Norte (+1,2%). As perdas reais verificaram-se no Piauí (-8,5%), Maranhão (-8,3%), Espírito Santo (-5,3%), Sergipe (-5,0%), Alagoas (-4,1%) e Ceará (-0,6%).

O decréscimo da arrecadação do Piauí (-3,6%) deve-se às perdas reais nos setores terciário, energia e petróleo, que participam com 79,2% na arrecadação desse Estado. No caso do Rio Grande do Norte (-2,7%), os setores secundário além de petróleo, combustíveis e lubrificantes apresentaram recuos. Em Sergipe (-2,5%), verificaram-se quedas nos setores terciário, energia e petróleo, além da dívida ativa (-42,9%), que responde por 4,4% da arrecadação do Estado.

Autor: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Economista, Coordenador de Estudos e Pesquisas, Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Banco do Nordeste/ETENE.

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS no Brasil, Regiões e Estados selecionados em 2018 e 2019

Estado/Região/País	2018		2019		Var. Real (%)
	Valor (R\$ Bilhão)	Part.(%)	Valor (R\$ Bilhão)	Part.(%)	
Alagoas	4,0	0,8	4,2	0,8	1,2
Bahia	23,6	4,9	24,7	4,9	1,1
Ceará	12,0	2,5	13,2	2,6	5,8
Maranhão	7,0	1,5	7,9	1,5	8,2
Paraíba	5,6	1,2	5,9	1,2	1,1
Pernambuco	15,9	3,3	17,9	3,5	8,8
Piauí	4,5	0,9	4,5	0,9	-3,6
Rio Grande do Norte	5,7	1,2	5,7	1,1	-2,7
Sergipe	3,5	0,7	3,5	0,7	-2,5
Nordeste	81,8	17,0	87,6	17,2	3,2
Norte	29,8	6,2	32,8	6,4	6,2
Sudeste	235,8	49,2	250,2	49,1	2,3
Espírito Santo	10,2	2,1	11,5	2,2	8,1
Minas Gerais	49,1	10,2	51,9	10,2	2,1
Sul	86,4	18,0	90,5	17,8	1,0
Centro-Oeste	45,9	9,6	48,0	9,4	0,8
Brasil	479,6	100,0	509,1	100,0	2,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central do Brasil e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Tabela 2 - ICMS: Participação setorial na arrecadação estadual - Média de 2018 e 2019 - Em %

Estado/Região	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Dívida Ativa e Outros
Alagoas	0,05	32,96	41,94	11,37	10,23	3,46
Bahia	0,66	25,51	35,09	11,98	23,00	3,75
Ceará	0,05	19,87	39,13	13,22	24,13	3,61
Maranhão	0,48	14,51	36,68	12,31	32,17	3,84
Paraíba	0,14	14,49	45,23	13,07	22,55	4,52
Pernambuco	0,09	16,60	51,00	11,51	19,38	1,42
Piauí	6,87	13,73	31,88	14,79	32,55	0,18
Rio Grande do Norte	2,28	14,95	48,53	11,37	22,87	0,00
Sergipe	4,83	22,43	39,54	10,23	18,58	4,39
Espírito Santo	0,03	32,12	35,95	11,93	18,05	1,92
Minas Gerais	0,40	26,43	34,18	13,54	21,45	3,99
Nordeste	0,99	20,07	40,95	12,18	22,91	2,89

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central do Brasil e Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Airton Saboya Valente Junior. Equipe Técnica: Antônio Ricardo de Norões Vidal, Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Jose Max Araújo Bezerra, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso e Wendell Márcio Araújo Carneiro. Projeto Gráfico: Gustavo Bezerra Carvalho. Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiário: João Marcos Rodrigues da Silva. Jovem Aprendiz: Rafael Henrique Silva Santos.

Aviso Legal: O BNB/ETENE não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.